

HABEAS CORPUS Nº 546.627 - GO (2019/0347679-2)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE GOIÁS
MARCIO ROSA MOREIRA - GO041382
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE GOIÁS
PACIENTE : IGOR NEVES DE OLIVEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE GOIÁS

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de IGOR NEVES DE OLIVEIRA no qual se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (HC n. 5489136.65.2019.8.09.0000).

Depreende-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante pelo crime de tráfico de drogas e de associação para o tráfico, em razão da posse de **645g (seiscentos e quarenta e cinco gramas) de maconha** (e-STJ fl. 39). Essa prisão foi convertida em preventiva.

O Tribunal de origem denegou *habeas corpus* que visava a revogação da prisão preventiva. Eis a respectiva ementa (e-STJ fls. 83/84):

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS, ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. DECRETO DE PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA. SEGREGAÇÃO CAUTELAR JUSTIFICADA E NECESSÁRIA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. Não caracteriza constrangimento ilegal a decretação da prisão preventiva, quando a medida constritiva excepcional se encontra devidamente fundamentada com visos a resguardar a ordem, requisito este que, aliado à prova do crime e dos indícios de autoria, inviabilizam a revogação da segregação cautelar.

III – EVENTUAIS CONDIÇÕES SUBJETIVAS FAVORÁVEIS. IRRELEVÂNCIA. Eventuais condições subjetivas favoráveis dos pacientes, se isoladamente consideradas, quando cotejadas com os pressupostos legais da prisão preventiva, não ostentam força suficiente a desconstituir a custódia, ainda mais quando constatado, a partir das circunstâncias referidas, que as custódias são devidas.

IV - APLICAÇÃO DE MEDIDAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO.

INVIABILIDADE. A necessidade da manutenção da prisão preventiva do increpado para a garantia da ordem pública, exclui a

possibilidade de sua substituição pelas medidas cautelares previstas no artigo 319, do Código de Processo Penal, ante a evidente incompatibilidade entre os institutos.

V - PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA. PRINCÍPIO CONSTITUCIONAL. NÃO VIOLAÇÃO. Consoante entendimento sufragado pelas Cortes Superiores, a prisão de natureza cautelar não conflita com a presunção de inocência, quando devidamente fundamentada pelo Juiz a sua necessidade, conforme ocorrido na hipótese vertente.

ORDEM DENEGADA.

No presente *habeas corpus*, a impetrante defende que não estão presentes os requisitos da prisão preventiva. Requer, ao final, a revogação da prisão cautelar ou, subsidiariamente, sua substituição por medidas cautelares diversas.

É, em síntese, o relatório.

O objeto da presente impetração cinge-se à verificação da existência de fundamentação no decreto que impôs a segregação cautelar ao paciente.

Insta consignar, preliminarmente, que a regra, em nosso ordenamento jurídico, é a liberdade. Assim, a prisão de natureza cautelar revela-se cabível tão somente quando, a par de indícios do cometimento do delito (*fumus commissi delicti*), estiver concretamente comprovada a existência do *periculum libertatis*, nos termos do art. 312 do Código de Processo Penal.

Decorre de comando constitucional expresso que ninguém será preso senão por ordem escrita e fundamentada de autoridade judiciária competente (art. 5º, inciso LXI). Portanto, há de se exigir que o decreto de prisão preventiva esteja sempre concretamente fundamentado.

No caso, estes foram os fundamentos invocados para a conversão da prisão em flagrante em preventiva, *in verbis* (e-STJ fls. 68/69):

Com relação à liberdade provisória, deixo de concedê-las, por estarem presentes os requisitos para a conversão das prisões em flagrante em prisões preventivas e por serem inadequadas e insuficientes, nos termos do artigo 282, § 6º, do Código de Processo Penal, as medidas cautelares diversas da prisão elencadas no artigo 319, do mesmo diploma legal. No presente caso restaram preenchidos todos os pressupostos da prisão preventiva (artigos 312 e 313, inciso I, ambos

do Código de Processo Penal). A prova da materialidade e os indícios de autoria encontram-se demonstrados pelo Laudo de Constatação Provisório das Substâncias Entorpecentes Apreendidas, pelo Termo de Exibição e Apreensão, pelo Boletim de Ocorrência e pelas declarações que formam o auto de prisão em flagrante. Segundo narrado pelo Condutor, sua equipe estava em patrulhamento pelo Setor Sol Dourado, nesta Comarca de Trindade, quando visualizaram um indivíduo trafegando em uma motocicleta em atitude suspeita, ocasião em que ele fora abordado (fls. 04/04-verso). Este indivíduo fora identificado como sendo IGOR NEVES DE OLIVEIRA, ora autuado, o qual trazia consigo uma porção de maconha, a quantia de R\$ 27,00 (vinte e sete reais) e um aparelho de telefone celular (fls. 04/04-verso). Ao ser indagado, IGOR informou aos Policiais Militares que possuía uma arma de fogo e indicou duas residências em que poderiam ser encontradas mais substâncias entorpecentes (fls. 04/04-verso). De posse destas informações, os Policiais Militares deslocaram-se até a residência de IGOR, situada na Rua 233, Qd.03, Lt.08, Setor Vila dos Sonhos, nesta Comarca de Trindade, ocasião em que encontraram uma arma de fogo, tipo revólver, calibre .38 e municiada com cinco munições intactas, que estavam dentro do guarda-roupa (fls. 04/04-verso). Ato contínuo, os Policiais Militares deslocaram-se até a segunda residência indicada por IGOR, situada na Rua 225, Qd.25, Lt.13, Setor Sol Dourado, nesta Comarca de Trindade/GO onde reside ELISON FERNANDES LEITE, ora autuado (fls. 04/04-verso). **Durante busca no imóvel, os Policiais Militares encontraram, dentro do quarto de ELISON, 09 (nove) porções de maconha, uma balança digital, um rolo de plástico filme e várias embalagens para acondicionamento de drogas, as quais estavam guardadas dentro de uma mochila (fls. 04/04-verso). Ao ser indagado, ELISON informou aos Policiais Militares que estava guardando a droga a pedido do autuado IGOR (fls. 04/04-verso). Perante a Autoridade Policial, o autuado ELISON confirmou ter guardado a uma mochila para IGOR, porém desconhecia a existência de drogas dentro dela (fls. 11/11-verso). Por sua vez, IGOR, perante a Autoridade Policial, informou que a substância entorpecente que trazia consigo, a arma de fogo apreendida em sua residência e a mochila com drogas que o autuado ELISON guardava em sua residência são de sua propriedade (fls. 14/14-verso).** Com efeito, da análise do Laudo de Constatação Provisório de fls. 07/08, do Termo de Exibição e Apreensão de fl. 05 e dos depoimentos dos policiais militares responsáveis por suas prisões (fls. 04/04-verso, 09/09-verso e 10/10-verso), verifica-se, neste momento, a prova da existência da materialidade do crime de tráfico de drogas, associação para o tráfico e posse irregular de arma de fogo, além dos indícios suficientes de autoria necessários a adoção da medida extrema. Constata-se, portanto, que a conversão das prisões em flagrante de ELISON FERNANDES LEITE e IGOR NEVES DE OLIVEIRA em prisões preventivas é medida que se impõe porque a restrição de suas liberdades se justifica em prol da segurança e tranquilidade da

coletividade que se encontra tão abalada com delitos desta natureza. **Os fatos apurados denotam a periculosidade dos autuados, pois, verifica-se, em tese, a prática de comércio ilícito de substâncias entorpecentes, associação para o tráfico e posse irregular de arma de fogo, os quais justificam a necessidade de decretação das prisões preventivas dos autuados como garantia da ordem pública e conveniência da instrução criminal.** Neste sentido: [...] Assim, os elementos coligidos até o momento estão a demonstrar a necessidade de manter os autuados encarcerados provisoriamente para o bem e proteção do meio social, que se encontra tão atemorizado com o elevado número de crimes ocorridos nesta Comarca que tanto tem trazido desassossego e sofrimento para as pessoas. Ainda, a análise perfunctória dos fatos possível nesse estágio não permite concluir pela existência de alguma hipótese de exclusão da ilicitude a amparar os autuados, de forma que o artigo 314, do Código de Processo Penal, não representa óbice à decretação das prisões preventivas Posto isto, HOMOLOGO em sua forma o auto de prisão em flagrante dos autuados ELISON FERNANDES LEITE e IGOR NEVES DE OLIVEIRA [...]. (Grifei.)

Como se vê, o Juízo de primeira instância não apontou nenhuma circunstância concreta, em relação ao ora paciente, que pudesse evidenciar a necessidade da custódia cautelar para o resguardo da ordem pública ou da ordem econômica, para a conveniência da instrução processual ou para assegurar a aplicação da lei penal, nos moldes do que preconiza o art. 312 do Código de Processo Penal.

Ao contrário, deteve-se o Juízo de piso a fazer ilações acerca da gravidade abstrata do crime de tráfico e a mencionar a prova de materialidade e os indícios de autoria, o que não autoriza a medida extrema de prisão.

Assim, diante da quantidade de droga apreendida, entendo ser suficiente a imposição de medidas alternativas à prisão, com base no art. 319 do Código de Processo Penal, a fim de garantir a ordem pública, a instrução criminal e a aplicação da lei penal.

Nesse sentido:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS E ASSOCIAÇÃO PARA O TRÁFICO. PRISÃO PREVENTIVA. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDA CAUTELAR ALTERNATIVA. POSSIBILIDADE. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. RECURSO PROVIDO.

1. A jurisprudência desta Corte Superior é firme em assinalar que a determinação de segregar o réu, antes de transitada em

julgado a condenação, deve efetivar-se apenas se indicada, em dados concretos dos autos, a necessidade da cautela (periculum libertatis), à luz do disposto no art. 312 do CPP.

2. O decreto de prisão preventiva apontou o fato de os recorrentes haverem sido presos "com grande quantidade de cocaína (92 pinos) [...] de modo que a prisão cautelar se mostra imprescindível para garantir a ordem pública".

3. As demais considerações externadas pelo Magistrado, atinentes à vedação legal à liberdade provisória e à necessidade da cautela para a aplicação da lei penal, devem ser afastadas, pois é imprescindível a análise dos requisitos do art. 312 do CPP nos casos de tráfico de entorpecentes e não foram indicados, no édito prisional, comportamentos dos réus tendentes a esquivarem-se da responsabilização penal (tentativa de fuga, obstrução de prova etc.).

4. Em que pese a concreta fundamentação da custódia para garantia da ordem pública, na miríade de providências cautelares previstas nos arts. 319, 320 e 321, todos do CPP, a decretação da prisão preventiva será, como densificação do princípio da proibição de excesso, a medida extrema a ser adotada, somente para aquelas situações em que as alternativas legais à prisão não se mostrarem aptas e suficientes a proteger o bem ameaçado pela irrestrita e plena liberdade do indiciado ou acusado.

5. Sob a influência do princípio da proporcionalidade e considerando que os recorrentes são primários, possuem ocupação lícita e residência fixa, foram surpreendidos dentro de veículo (condutor e passageiros) com 68,2 g de cocaína, sem investigações policiais prévias ou maiores sinais de que se dedicavam ao tráfico de drogas de forma profissional ou de que integrassem organização criminosa, é adequada a imposição de medidas cautelares diversas da prisão, para a mesma proteção da ordem pública (art. 319, I, II e V, do CPP).

6. Recurso ordinário provido para substituir a prisão preventiva dos recorrentes pelas medidas previstas no art. 319, I, II e V, sem prejuízo de outras medidas que o prudente arbítrio do juiz natural da causa indicar cabíveis e adequadas. (RHC 83.174/SP, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 23/06/2017.)

HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. DESPROPORCIONALIDADE. SUBSTITUIÇÃO POR MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. POSSIBILIDADE. CONSTRANGIMENTO ILEGAL EVIDENCIADO.

1. A prisão preventiva somente será determinada quando não for cabível a sua substituição por outra medida cautelar e quando

realmente se mostre necessária e adequada às circunstâncias em que cometido o delito e às condições pessoais do agente. Inteligência do art. 282, § 6º, do Código de Processo Penal.

2. Na espécie, a segregação antecipada se mostra desproporcional, revelando-se devida e suficiente a imposição de medidas cautelares alternativas, considerando-se a primariedade da acusada (sem registro de envolvimento em quaisquer delitos anteriores, com residência fixa) e as circunstâncias do crime (trata-se de pequena traficante, que leva droga para o estabelecimento prisional do companheiro, por vinculação afetiva).

3. Ordem concedida a fim de revogar a prisão preventiva da ora paciente, impondo-se-lhe, em substituição, as medidas cautelares alternativas descritas no art. 319, I e II, do Código de Processo Penal (comparecimento periódico em juízo, no prazo e nas condições a serem fixadas pelo Juiz de origem, para informar seu endereço e justificar suas atividades, e proibição de frequentar unidade prisional para visita ao marido/companheiro, enquanto perdurar o processo criminal), sem prejuízo de outras medidas que o Juízo a quo julgar cabíveis e adequadas ao caso. (HC 356.509/SP, relatora Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, relator para acórdão Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, SEXTA TURMA, julgado em 28/06/2016, DJe 03/08/2016, grifei.)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. INADMISSIBILIDADE. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA. GRAVIDADE ABSTRATA DO DELITO. ELEMENTARES DO TIPO PENAL. PACIENTE PRIMÁRIO, PORTADOR DE BONS ANTECEDENTES. CONSTRANGIMENTO ILEGAL. REVOGAÇÃO DO DECRETO PRISIONAL. MEDIDAS CAUTELARES. NECESSIDADE E ADEQUAÇÃO. HC NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO.

[...]

3. No caso, a decisão singular não apontou dados concretos, à luz do art. 312 do Código de Processo Penal, a respaldar a restrição da liberdade do paciente; somente faz referência às elementares do tipo penal e à gravidade abstrata do delito.

4. Condições subjetivas favoráveis, conquanto não sejam garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando não for demonstrada a real indispensabilidade da medida constritiva, máxime diante das peculiaridades do caso concreto, em que o acusado foi flagrado na posse de 21,29g de cocaína e crack, sendo adequada e proporcional a imposição de medidas cautelares diversas da prisão. Precedentes.

5. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício, para revogar o decreto prisional do paciente, salvo se por outro motivo estiver preso, substituindo a segregação preventiva por medidas cautelares diversas, à critério do juízo processante, sem prejuízo da decretação de nova prisão, desde que concretamente fundamentada. (HC 380.308/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 28/03/2017, DJe 05/04/2017, grifei.)

Ademais, a Sexta Turma desta Corte, no julgamento do HC n. 535.702/GO, ocorrido na sessão realizada em 26/11/2019, concedeu em parte a ordem impetrada em favor do corréu Elison Fernandes Leite, o qual teve a prisão em flagrante convertida em preventiva na mesma decisão que ordenou a custódia do ora paciente e sob os mesmos fundamentos. De se ver, ainda, que o parecer do Ministério Público Federal, ofertado nos autos daquele *writ*, foi no sentido da concessão do remédio constitucional.

Ante o exposto, **concedo liminarmente a ordem** tão somente para substituir a prisão preventiva de IGOR NEVES DE OLIVEIRA por outras medidas cautelares constantes do art. 319 do Código de Processo Penal a serem definidas pelo Juízo local.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 29 de novembro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator